

FUNÇÃO TRABALHO: ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA E  
ÁREAS PROGRAMÁTICAS PRIORITÁRIAS

Ismael Carlos Oliveira  
Milton Barbosa  
Nilton Romeu

(Versão Preliminar Para Discussão)  
Maio/1981

### Apresentação

O objetivo deste trabalho é analisar a estrutura orçamentária da Função Trabalho, destacando as áreas programáticas que devem ser consideradas como prioritárias para efeito de planejamento, de modo a se ter de imediato um subsídio para a análise da proposta orçamentária do Ministério do Trabalho para 1982.

Espera-se que haja uma continuidade deste trabalho, visto que ele permitiu formar uma idéia dos projetos e atividades que devem merecer maiores atenções para efeito de acompanhamento e avaliação por parte do CNRH, fazendo a necessária correspondência entre as linguagens de orçamento e de planejamento.

Dado, portanto, o caráter preliminar do trabalho, em virtude da exiguidade de tempo que se dispôs para a sua elaboração, vê-se como importante aprofundá-lo em duas direções principais: a) da própria definição das prioridades estabelecidas para a Função, e b) do desenvolvimento de indicadores mais sólidos que permitam uma avaliação do desempenho dos projetos/atividades prioritários.

PARTE 1: Estrutura Orçamentária

A área de atuação tradicional do Ministério do Trabalho tem sido a de "relações do trabalho". Com a Lei nº 6.036, de 01/05/74, procurou-se atribuir legalmente a este Ministério um conjunto mais amplo de funções consubstanciado nos seguintes pontos:

- a) trabalho, organização profissional e sindical, fiscalização;
- b) mercado de trabalho, política de emprego;
- c) política salarial;
- d) política de imigração; e
- e) colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

O processo de definição legal das funções do Ministério do Trabalho completou-se com a Exposição de Motivos nº 11, aprovada pelo CDS em 10/09/75, que determina que a sua programação deva ser estruturada de forma a atender às seguintes grandes questões:

- a) preparação do homem para o trabalho;
- b) solução dos problemas do desemprego e sub-emprego;
- c) estabelecimento de justa retribuição para o trabalho executado;

- d) proteção do trabalhador empregado;
- e) fortalecimento do movimento sindical; e
- f) apoio técnico para o cumprimento das ações correspondentes às áreas anteriormente indicadas.

A partir deste conjunto de atribuições, reconhecida-mente amplo e ambicioso, procurou-se selecionar uma programação prioritária para efeito de planejamento, concomitante com a estrutura orçamentária da Função Trabalho, toda ela concentrada no MTb. Para tanto, considerou-se que das três grandes linhas de atuação do Ministério - preparação para o trabalho, intermediação do emprego e proteção ao trabalhador empregado - as duas primeiras, concentrando as atividades de formação profissional, concessão de bolsas de estudo, intermediação de emprego, informações sobre o mercado de trabalho e promoção do emprego, poderiam constituir as "áreas programáticas prioritárias" visto que destinadas, em grande parte, a ações junto às populações carentes das periferias urbanas e da zona rural, consoante as diretrizes expressas no planejamento governamental.

A terceira grande área de atuação, abrangendo as atividades de "Segurança Higiene e Medicina do Trabalho" e "Fiscalização das Relações do Trabalho", embora absorva cerca de 50% das dotações totais da Função, não se constituiria em área prioritária por se destinar precipuamente à parcela empregada da força de trabalho.

Dessa forma, foram destacadas quadro grandes áreas prioritárias para efeito de análise:

- ✓ a) Organização do Mercado de Trabalho;
- ✓ b) Formação Profissional;
- ✓ c) Programa do Artesanato; e
- ✓ d) Programa de Bolsas de Estudo.

Para que se tenha, no entanto, uma idéia da distribuição dos gastos do MTb (Função Trabalho) pelos diversos programas orçamentários, apresenta-se a Tabela I, com destaques para os projetos/atividades que compõem as áreas programáticas prioritárias. Algumas observações de caráter geral podem ser feitas:

- a) embora objetivando cumprir aquele conjunto amplo de atribuições, a Função Trabalho vem sistematicamente diminuindo sua participação relativa no total geral de recursos alocados à todas as Funções: de 0,71% em 1978 para 0,43% em 1981;
- b) no programa 80 - Relações do Trabalho-está alocada a parcela mais significativa do total dos recursos destinados à Função Trabalho (em torno de 70% no período analisado). Deste total, parcela também significativa é destinada ao sub-programa "Fiscalização das Relações do Trabalho" (não discriminado na Tabela I e incluído no título "Outros Sub-Programas"), ou seja: 47,6% em 1978, 52,5% em 1979, 54,5% em 1980, e 39,3% em 1981;
- c) alguns itens da estrutura orçamentária da Função Trabalho, importantes pelo fato de expressarem objetivos atribuídos ao MTb, têm participação percentual reduzida no total de recursos alocados à Função, como é o caso do programa 79 - Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, com pouco mais de 1% dos gastos totais da Função, ou vêm perdendo participação, como o sub-programa 235 - Bolsas de Estudos (de 10,7% em 1978 para 3,1% em 1981);
- d) os programas e sub-programas que englobam atividades administrativas têm aumentado sua participação nos dispêndios totais, em prejuízo das atividades-fim das áreas prioritárias, com exceção da administração geral da formação profissional (programa 45) e das relações do trabalho (programa 80).

TABELA 2  
FUNÇÃO TRABALHO: DISCROMAÇÃO DOS DISPÓSITOS POR PROGRAMAS, SUB-PROGRAMAS E PROJETOS/ATIVIDADES  
1978/1981

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADES	TÍTULO	1978		1979		1980		1981	
				Cnt\$ 1.000	%						
07			ADMINISTRAÇÃO	145 033	5,77	203 534	6,14	271 925	5,21	503 835	5,24
08			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	32 749	1,29	48 139	1,45	94 339	1,77	325 572	3,97
09			PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	37 435	1,43	101 341	3,03	57 584	1,07	120 219	1,21
	045		ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	17 600	0,70	90 612	2,73	-	-	47 600	0,52
		4.654	. Sistema de Informações Sociais	17 600	0,70	90 612	2,73	-	-	47 600	0,58
			. OUTROS SUB-PROGRAMAS	19 835	0,78	31 329	0,95	57 684	1,09	132 619	1,53
20			SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	4 600	0,18	6 913	0,21	10 925	0,21	13 213	0,15
45			ESTADO SUPLETIVO	343 865	13,58	406 700	12,28	552 782	10,49	1 501 752	18,43
	021		. ADMINISTRAÇÃO GERAL	106 485	4,21	115 210	3,48	175 572	3,33	237 056	2,91
		2.577	. Administração da Preparação de Mão-de-Obra	38 975	1,54	68 590	2,07	88 359	1,63	119 337	1,45
		4.364	. Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos (SECUR)	67 510	2,67	46 620	1,41	87 203	1,55	118 719	1,46
	217		. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	237 379	9,37	291 490	8,90	377 210	7,15	1 264 705	15,52
		2.430	. Preparação de Mão-de-Obra	112 189	4,43	110 742	3,34	110 000	2,09	167 300	2,05
		3.633	. Formação Profissional Rural	125 190	4,94	65 680	1,99	97 340	1,85	242 970	2,93
		5.163	. Implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Mão-de-Obra	-	-	114 868	3,47	169 870	3,22	854 435	10,49
47			ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS (PEES)	284 094	11,22	277 204	8,37	243 235	4,51	288 178	3,54
	021		. ADMINISTRAÇÃO GERAL	13 600	0,54	17 246	0,52	25 800	0,49	38 228	0,47
		4.364	. Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	13 600	0,54	17 246	0,52	25 800	0,49	38 228	0,47
	235		. CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	270 494	10,68	259 958	7,85	217 435	4,12	249 950	3,07
79			SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	17 487	0,69	34 685	1,05	66 564	1,25	102 603	1,25
80			RELAÇÕES DO TRABALHO	1 660 652	65,57	2 208 922	66,67	3 891 810	73,84	5 199 280	63,50
	021		. ADMINISTRAÇÃO GERAL	140 533	5,55	158 860	4,79	232 125	4,40	191 537	2,35
		4.364	. Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	135 336	5,34	152 715	4,61	222 700	4,22	180 900	2,22
			. Outros Projetos e Atividades	5 197	0,21	6 145	0,18	9 425	0,18	10 637	0,13
	024		. PROCESSAMENTO DE DADOS: CENTRO E SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS	41 819	1,65	54 913	1,66	113 613	2,16	196 473	2,41
	045		. ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	51 519	2,03	18 000	0,54	75 861	1,44	258 900	3,13
		2.268	. Desenvolvimento de Pesquisas	51 519	2,03	18 000	0,54	75 861	1,44	210 000	2,58
		3.393	. Implementação do Centro de Estudos do Trabalho	-	-	-	-	-	-	48 900	0,59
	247		. DIFUSÃO CULTURAL	-	-	11 200	0,34	72 331	1,37	155 000	1,90
		5.164	. Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato	-	-	11 200	0,34	72 331	1,37	155 000	1,90
	477		. ORIENTAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO	175 442	6,93	191 921	5,79	470 485	8,93	996 676	12,23
		2.192	. Contribuição e Orientação da Política Salarial	23 692	0,94	29 102	0,88	37 591	0,71	51 179	0,63
		2.193	. Contribuição e Orientação da Política de Mão-de-Obra	13 795	0,54	19 403	0,58	30 105	0,57	49 655	0,61
		2.397	. Desenvolvimento do Sistema Nacional de Emprego	112 955	4,46	108 400	3,27	344 955	6,55	799 928	9,81
			. Outros Projetos e Atividades	25 000	0,99	35 016	1,06	57 824	1,10	95 854	1,18
			. OUTROS SUB-PROGRAMAS	1 251 339	49,41	1 774 028	53,55	2 927 415	55,54	3 400 694	41,73
81			ASSISTÊNCIA - Fundo de Assistência ao Desempregado - FAD	5 500	0,22	5 000	0,15	31 500	0,60	30 000	0,37
			TOTAL GERAL DA FUNÇÃO TRABALHO, em Cnt\$ mil (1)	2 532 470	100,00	3 313 095	100,00	5 270 944	100,00	8 149 722	100,00
			TOTAL GERAL DE TODAS AS FUNÇÕES, em Cnt\$ MILHÕES (2)	356 000	-	521 136	-	1 137 978	-	1 828 500	-
			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1/2)	-	0,71	-	0,64	-	0,46	-	0,43

FONTES: 1978/80 - Balanço Geral da União, Despesas Realizadas.

1981 - Relatório da União, Programa de Trabalho, Recursos do Tesouro.

Para o conjunto dos dispêndios de todas as áreas programáticas prioritárias (Tabela II), verifica-se que, em termos de despesa realizada, decresce significativamente sua participação nos dispêndios totais da Função Trabalho (40,5% em 1978 e 32,1% em 1980). Vale ressaltar que, embora o orçamento de 1981 destine parcela maior de recursos (43,3%) às áreas prioritárias, é de esperar que com a execução orçamentária este percentual venha seguir aquela tendência declinante, uma vez que as suplementações de recursos realizadas tradicionalmente contemplam as atividades-meio.

TABELA II - FUNÇÃO TRABALHO : CONSOLIDAÇÃO DOS DISPÊNDIOS DAS ÁREAS PROGRAMÁTICAS PRIORITÁRIAS

ÁREAS PROGRAMÁTICAS PRIORITÁRIAS	RECURSOS DO TESOIRO ( Cr\$ 1000 )			
	1978	1979	1980	1981
Organização do Mercado de Trabalho	382 921	453 742	794 730	1 535 040
Formação Profissional	357 660	426 103	582 887	1 551 417
Promoção do Artesanato	-	11 200	72 331	155 000
Concessão de Bolsas de Estudos	284 094	277 204	243 235	288 178
<b>S O M A ( 1 )</b>	<b>1 024 675</b>	<b>1 168 249</b>	<b>1 693 183</b>	<b>3 529 635</b>
<b>TOTAL GERAL DA FUNÇÃO TRABALHO ( 2 )</b>	<b>2 532 470</b>	<b>3 313 095</b>	<b>5 270 944</b>	<b>8 149 722</b>
<b>PARTICIPAÇÃO RELATIVA ( 1/2 ) - %</b>	<b>40,46</b>	<b>35,26</b>	<b>32,12</b>	<b>43,31</b>

FONTE.: Balanços Gerais da União (1978/1980) e Orçamento da União, Recursos do Tesouro ( 1981 )

Parte II: Áreas Programáticas Prioritárias

1. Organização do Mercado de Trabalho

Foram incluídos nesta área todos os projetos e atividades que tenham a ver com pesquisas e informações sobre o mercado de trabalho, mesmo que desenvolvidos sob outras rubricas que não o Sistema Nacional de Emprego-SINE. A este cabem mais de 50% dos recursos da área programática e cerca de 10% dos recursos totais da Função Trabalho (Tabela III). Os demais títulos correspondem à parcela do Ministério do Trabalho no sistema RAIS, à estudos e pesquisas conveniados com Universidades ou Centros de Pesquisa, e as atividades de processamento de dados e informações, notadamente quanto à apuração da Lei 4923/65 e do Índice de Emprego do MTb.

Criado pelo Decreto nº 76 403, de 08 de outubro de 1975, o SINE agrega um conjunto amplo de atribuições que transcende as atividades de intermediação de emprego. É também responsável pela coleta ou elaboração de indicadores sobre o mercado de trabalho, pela identificação profissional e orientação dos candidatos a emprego, pela prestação de informações às empresas sobre a disponibilidade de recursos humanos, pelo fornecimento de subsídios aos sistemas educacionais e de formação profissional, e pelo estabelecimento de condições para a adequação entre a demanda e oferta de mão-de-obra.

Considerando que os serviços de intermediação do SINE têm procurado atender aos segmentos menos qualificados da força de trabalho, sendo portanto esta uma atividade prioritária, tratou-se de desenvolver um indicador que, mesmo reconhecido como bastante preliminar, desse uma idéia do desempenho do Programa nesta área.

T A B E L A I I I

FUNÇÃO TRABALHO/ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA: ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

DISPÊNDIOS POR PROJETOS/ATIVIDADES, EM CR\$ 1.000

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO			TÍTULO ORÇAMENTÁRIO	RECURSOS DO TESOUREO			
PROGRAMA	SUB-PRO-GRAMA	PROJETO/ATIVIDADE		1978	1979	1980	1981
09	045	4.654	Sistema de informações sociais	17.600	90.612	-	47.600
80	021	4.364	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos (SINE)	135.336	152.715	222.700	180.900
80	024	1.309	Centro de Processamento de Dados e Informações	11.030	-	-	-
80	024	2.065	Serviços de Processamento de Dados e Informações	30.789	54.913	113.613	196.473
80	045	2.268	Desenvolvimento de Pesquisas	51.519	18.000	75.861	210.000
80	045	3.393	Implementação do Centro de Estudos do Trabalho	-	-	-	48.900
80	477	2.192	Coordenação e Orientação da Política Salarial	23.692	29.102	37.591	51.179
80	477	2.397	Desenvolvimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE	112.955	108.400	344.965	799.988
			TOTAL DA ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA (1)	382.921	453.742	794.730	1.535.040
			TOTAL GERAL DA FUNÇÃO TRABALHO (2)	2.532.470	3.313.095	5.270.944	8.149.722
			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1/2) - %	15,12	13,70	15,08	18,84

Fonte: Balanços Gerais da União (1978/80) e Orçamento da União, Recursos do Tesouro (1981).

Dessa forma, admitindo que a parcela maior de contratações ocorre por outros canais de intermediação, principalmente a consulta direta aos empregadores, agências particulares ou parentes e amigos, supôs-se que ao SINE caberia a participação de cerca de 20% do total de pessoas contratadas nas faixas iniciais de renda (até 2 salários-mínimos). Por outro lado, considerando que do total de admissões informadas pela RAIS\* em 1976, cerca de 64% delas corresponderam a trabalhadores de baixa renda, pôde-se estimar que a clientela potencial do SINE seria da ordem de 13% (20% de 64%).\*\*

Os resultados deste exercício estão apresentados na Tabela IV a seguir, e eles indicam que caberia então como meta para o serviço de colocação do SINE a intermediação de um milhão e meio de empregos. Confrontando tais dados com a realização do Programa nos últimos quatro anos (colunas 3 e 4 da Tabela IV), conclui-se que, embora crescente, a participação do SINE na contratação de trabalhadores da "clientela potencial" atingiu 16,5% em 1980.

---

(\*) Anuário Estatístico do Trabalho 1976, Mtb/SG - CDI, Vol. I, Tomo II, pags. 564 e 789.

(\*\*) Isto para as estimativas referentes ao Brasil. No caso do Nordeste considerou-se que a clientela potencial do SINE seria da ordem de 15%, uma vez que o percentual de admissões na faixa de trabalhadores de baixa renda é maior nessa região (20% de 76%).

TABELA IV - BRASIL E REGIÃO NORDESTE: ESTIMATIVA DA CLIENTELA POTENCIAL E REALIZAÇÕES DO SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE) - 1977/80

	ADMISSÕES		INTERMEDIÇÃO - SINE		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (4)/(2)-%
	TOTAL (a) (1)	CLIENTELA POTENCIAL (2)	INSCRITOS (3)	COLOCADOS (4)	
1977					
BRASIL	10700000	1300000	187414	39118	3,01
NORDESTE	1083268	160000	19233	2844	1,78
1978					
BRASIL	12100000	1500000	504190	151121	10,07
NORDESTE	1221033	180000	59950	11334	6,30
1979					
BRASIL	12800000	1600000	700075	207297	12,96
NORDESTE	1292739	190000	68542	14377	7,57
1980					
BRASIL	12200000	1500000	703323	247730	16,52
NORDESTE	1230000 <sup>(b)</sup>	180000	80767	21119	11,73

FONTES: Admissões - Total - Nordeste: Lei 4923/65 - MTb/SUDENE

Intermediação - SINE: MTb/SES - Sistema Nacional de Emprego

NOTAS : a) Estimativas para o Brasil com base na participação de cerca de 10% dos dados do Nordeste sobre o total.

b) Estimativa com base nos dados até novembro e resultados de dezembro dos três anos anteriores.

Finalmente, e supondo-se que permaneça constante a participação dos governos estaduais na aplicação total de recursos, procurou-se estimar o montante de recursos necessários para os serviços de intermediação e promoção de emprego do Programa. Ao SINE nacional caberiam cerca de Cr\$1.700 para cada traba

lhador beneficiado no serviço de intermediação e Cr\$ 40 000 por beneficiário nas atividades de promoção e geração de empregos\*. Portanto, se a meta estabelecida fosse atender à "clientela potencial" anteriormente estimada (1.500 000 pessoas), seriam necessários cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros em 1981, enquanto que as atividades de promoção de emprego absorveriam cerca de dois bilhões de cruzeiros para o atendimento de 50 mil trabalhadores.

---

(\*) Para estabelecer o custo médio de Cr\$ 1.700 por trabalhador beneficiado no serviço de intermediação considerou-se que dos Cr\$ 800 milhões orçados para 1981 (Tabela III), 75% deverão ser destinados à intermediação de 360 mil pessoas (dado fornecido pelo SINE/Secretário de Mão-de-Obra). O valor de Cr\$ 40 000 por beneficiário na atividade de promoção e geração de empregos resultou de valores extraídos da proposta de reforço financeiro para 1981 apresentado pelo MTb, ou seja: Cr\$ 543,0 milhões para a estimativa de 13 500 beneficiados diretos nessa atividade.

## 2. Formação Profissional

A atividade de treinamento profissional do MTh, volta da de uma maneira geral para a capacitação de trabalhadores dos diversos setores da economia, vem em anos mais recentes concedendo ênfase, no que diz respeito à aplicação de recursos orçamentários, àquela parcela específica da força de trabalho oriunda dos estratos de mais baixa renda.

Dessa forma, sob esta área prioritária foram enquadrados seis projetos e/ou atividades, concentrando basicamente dois tipos de atuação. O primeiro, através da atividade Preparação da Mão-de-Obra - PIPMO, tem como objetivos:

- a) preparação de mão-de-obra de população de baixa renda do mercado informal de trabalho;
- b) preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia;
- c) preparação de mão-de-obra de população de baixa renda para atividades da construção civil.

O segundo tipo de atuação se dá através do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR, dedicado, como o próprio nome indica, ao treinamento da mão-de-obra agrícola.

Em termos de recursos financeiros, esta área prioritária apresenta uma participação relativa declinante no total de recursos alocados à Função Trabalho (14,12% em 1978 e 11,06% em 1980), embora no Orçamento de 1981 esteja prevista uma reversão desta tendência (19,04% - Tabela V).

As Tabelas VI e VII abaixo dão uma idéia preliminar sobre os cursos administrados pelo PIPMO e SENAR. Quanto ao primeiro, observa-se ao lado de uma queda acentuada no número de pessoas treinadas entre 1978 e 1980 (de 185,6 para 47,8 mil

T A B E L A V

FUNÇÃO TRABALHO/ÁREA PROGRAMÁTICA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
DISPÊNDIOS POR PROJETOS/ATIVIDADES, EM Cr\$ 1.000

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO			TÍTULO ORÇAMENTÁRIO	RECURSOS DO TESOUREIRO			
PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE		1978	1979	1980	1981
45	021	2.577	Administração da Preparação da Mão-de-Obra	38.976	68.590	88.369	118.337
45	021	4.364	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos (SENAR)	67.510	46.620	87.203	118.719
45	217	2.430	Preparação de Mão-de-Obra	112.189	110.742	110.000	167.300
45	217	3.633	Formação Profissional Rural	125.190	65.880	97.340	242.970
45	217	3.163	Implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Mão-de-Obra	-	114.868	169.870	854.436
80	477	2.193	Coordenação e Orientação da Política de Mão-de-Obra	13.795	19.403	30.105	49.655
			TOTAL DA ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA (1)	357.660	426.103	582.887	1.551.417
			TOTAL GERAL DA FUNÇÃO TRABALHO (2)	2.532.470	3.313.095	5.270.944	8.149.722
			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1/2) - %	14,12	12,85	11,06	19,04

NOTE: Balanços Gerais da União (1978/80) e Orçamento da União, Recursos do Tesouro (1981).

peças), uma elevação do custo médio desse treinamento (de Cr\$ 1.863,27 para Cr\$ 2.300,53). Quanto ao SENAR, constata-se que o mesmo tem diminuído bastante suas atividades em virtude da menor alocação de recursos ao programa, o que pode ser observado nos dados da Tabela VII sobre número de matrículas e custo médio por pessoa treinada. Não se pôde avaliar nesta etapa do trabalho os efeitos dessas variações sobre a qualidade dos cursos ministrados.

TABELA VI - BRASIL/MTb - PIPMO/SMO: Número de Pessoas Treinadas e Custo Médio - 1978/80

ANOS	TREINADAS (1.000 pessoas)	CUSTO TOTAL(1) Cr\$ 1.000	CUSTO MÉDIO Cr\$ de 1980
1978	185,6	112.189	1.863,27
1979	114,5	110.742	1.936,03
1980	47,8	110.000	2.300,53

FONTE: Ministério do Trabalho/SMO.

(1) Refere-se apenas aos recursos alocados para os convênios (Preparação de Mão-de-Obra).

TABELA VII - BRASIL/MTb - SENAR: Número de Matrículas em curso de Treinamento Profissional Rural e Custo Médio - 1978/80

ANOS	MATRÍCULAS (1.000 pessoas)	CUSTO TOTAL (1) Cr\$ 1.000	CUSTO MÉDIO Cr\$ de 1980
1978	305,3	125.190	1.263,87
1979	203,9	65.880	646,96
1980	190,7	97.340	510,44

FONTE: Ministério do Trabalho/SENAR.

(1) Refere-se apenas aos recursos alocados para formação profissional rural.

### 3. Promoção do Artesanato

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNAD) foi instituído através do Decreto nº 80 098, de 08/08/77, e tem como objetivos:

- a) implementar o artesanato e utilizá-lo como instrumento para o desenvolvimento de comunidades;
- b) valorizar o artesanato, cultural, social e economicamente;
- c) gerar, a baixos custos e aproveitando matérias-primas locais e regionais, ocupações para as camadas mais pobres da população;
- d) gerar maior renda no setor, favorecendo, a nível nacional, sua distribuição;
- e) reduzir os fluxos migratórios, e
- g) gerar divisas cambiais, ainda que limitadas, via exportação de produtos artesanais.

Para atingir os objetivos acima, o MTb adota como estratégia a orientação e ajuda aos Estados na criação e fortalecimento de núcleos artesanais de produção, o apoio à organização da comercialização do artesanato, a promoção e fomento de uma exportação ordenada do artesanato brasileiro, e a ajuda aos Estados na criação da infra-estrutura organizacional essencial ao desenvolvimento do artesanato.

Em termos de recursos, o PNDA vem tendo uma participação relativa crescente no total de gastos da Função Trabalho, ou seja: 0,34% em 1979, 1,37% em 1980 e previsão de 1,90% no Orçamento de 1981 (Tabela VIII). Vale chamar a atenção para o fato de que o MTb solicita ainda recursos extras para o Programa junto ao FAS.

T A B E L A VIII

FUNÇÃO TRABALHO/ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA: PROMOÇÃO DO ARTESANATO  
DISPÊNDIOS POR PROJETOS/ATIVIDADES, EM Cr\$ 1.000

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO			TÍTULO ORÇAMENTÁRIO	RECURSOS DO TESOURO			
PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE		1978	1979	1980	1981
80	247	5.164	Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato	-	11.200	72.331	155.00
			TOTAL DA ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA (1)	-	11.200	72.331	155.00
			TOTAL GERAL DA FUNÇÃO TRABALHO (2)	2.532.470	3.313.095	5.270.944	8.149.72
			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1/2) - %	-	0,34	1,37	1,9

NOTAS: Balanços Gerais da União (1978/80 e Orçamento da União, Recursos do Tesouro (1981).

De acordo com informações do MTb em sua solicitação de recursos ao FAS, o Programa pretende em 1981 atender a 250.000 artesãos, a um custo total de Cr\$ 852,6 milhões (Tabela IX), cobrindo este custo todas as etapas de apoio ao artesanato mencionadas acima.

TABELA IX: PNDA - Previsão de Aplicações em 1981 Por Regiões.

REGIÃO	Nº APROXIMADO DE ARTESÃOS BENEFICIADOS	APLICAÇÕES (Cr\$ 1.000)	CUSTO MÉDIO POR ARTESÃO BENEFICIADO (Cr\$)
Norte	25 000	137 000	5 480,00
Nordeste	130 000	386 200	2 970,00
Centro-Oeste	30 000	123 200	4 106,00
Sul e Sudeste	65 000	205 900	3 167,00
TOTAL	250 000	852 600	3 411,00

FONTE: MTb - Solicitação de Recursos ao FAS.

Tendo em vista que, segundo estimativas da ONU, existem no Brasil cerca de 1 500 00 pessoas vivendo do artesanato, os recursos acima cobririam 1/6 desta população.

#### 4. Programa Especial de Bolsas de Estudo

O Programa Especial de Bolsas de Estudo tem como objetivo oferecer à classe de trabalhadores sindicalizados e/ou seus dependentes oportunidades de acesso ao ensino de 1º Grau (nas últimas quatro séries), em todas as séries do 2º Grau e no ensino superior para estudantes de profissões consideradas prioritárias. A operacionalização do Programa se dá através das três atividades discriminadas na Tabela X (códigos orçamentários 2.191, 4.261 e 4.262).

Observe-se que a participação deste Programa nos gastos totais da Função Trabalho vem declinando acentuadamente a partir de 1978, ou seja: de 11,22% em 1978 para 4,61% em 1980. O orçamento de 1981 prevê uma participação ainda menor (3,54%) do Programa no total de recursos alocados à Função. (Tabela X).

Numa retrospectiva das bolsas de estudo concedidas a partir de 1976 constata-se uma acentuada queda nos seus valores reais médios, em especial entre os anos de 1978 a 1980, quando o nº de bolsas concedidas se manteve ao redor das 300 000, e o seu valor real caiu de Cr\$ 2.462,23 em 1978 para Cr\$ 715,29 em 1980 (Tabela XI).

T A B E L A X

FUNÇÃO TRABALHO/ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO  
DISPÊNDIOS POR PROJETOS/ATIVIDADES, EM Cr\$ 1.000

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO			TÍTULO ORÇAMENTÁRIO	RECURSOS DO TESOUREIRO			
PROGRAMA	SUB-PRO- GRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE		1978	1979	1980	1981
47	021	4.364	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos (PEBE)	13.600	17.246	25.800	38.228
47	235	2.191	Concessão de Bolsas de Estudo a Trabalhadores Sindicalizados e seus Dependentes	246.866	119.745	51.525	147.950
47	235	4.261	Concessão de Bolsas de Estudo Reembolsáveis de Nível Médio a Trabalhadores Sindicalizados e seus Dependentes	15.993	11.500	-	84.000
47	235	4.262	Concessão de Bolsas de Estudo Reembolsáveis de Nível Superior a Trabalhadores Sindicalizados e seus Dependentes	7.635	17.713	8.175	18.000
47	235	5.195	Implementação do Programa Especial de Bolsas de Estudo	-	111.000	157.735	-
			TOTAL DA ÁREA PROGRAMÁTICA PRIORITÁRIA (1)	284.094	277.204	243.235	288.178
			TOTAL GERAL DA FUNÇÃO TRABALHO (2)	2.532.470	3.313.095	5.270.944	8.149.722
			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1/2) - %	11,22	8,37	4,61	3,54

Fonte: Balanços Gerais da União (1978/80) e Orçamento da União, Recursos do Tesouro (1981).

TABELA XI: PEBE - Bolsas de Estudo Concedidas  
(1976 - 1980)

ANO	Recursos para Bolsas (Em Cr\$ 1000)	Bolsas Concedidas	Valor médio da Bolsa	
			Cr\$ Correntes	Cr\$ de 1980
1976	137 706	269 699	510,59	3 114,25
1977	190 470	289 595	657,71	2 810,70
1978	240 208	300 639	798,99	2 462,23
1979	303 547	310 263	978,35	1 958,93
1980	226 746	317 000	715,29	715,29

Fonte: Proposta Extra-Teto do MTb, 1981.

O Programa de Bolsas de Estudo prevê para 1981 a concessão de 182 500 bolsas não reembolsáveis no valor unitário de Cr\$ 800,00, 14 354 bolsas parcialmente reembolsáveis de nível médio no valor unitário de Cr\$ 5 852,00 e 1 500 bolsas reembolsáveis de nível superior no valor unitário de Cr\$ 12 000,00. Dessa forma, a concessão dessas 198 354 bolsas deverão envolver recursos da ordem de Cr\$ 247,6 milhões (valor médio de bolsa igual a Cr\$ 1 248,00).

A fim de estabelecer um indicador preliminar do Programa pode-se realizar o seguinte exercício: para fornecer bolsas de estudo no valor médio real das de 1976 (Cr\$ 3 114,25 a preços de 1980) e no total de bolsas concedidas em 1980, ou seja 317 000, seriam necessários recursos da ordem de Cr\$ 987,2 milhões, os quais devem ser comparados com os Cr\$ 247,6 milhões orçados para 1981.